

# AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO ABORDAGEM INTEGRADA SUSTENTÁVEL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO DE CASO

URBAN AND PERI-URBAN AGRICULTURE AS A SUSTAINABLE INTEGRATED APPROACH TO FOOD AND NUTRITION SECURITY: A CASE STUDY

HELEN MARA DOS SANTOS<sup>1</sup>  SARAH POLEZI SILVA<sup>2</sup>   
ALLYNE OLIVEIRA MORRONE BATISTA<sup>2</sup>  ANDRÉ BENTO CHAVES SANTANA<sup>\*3</sup> 

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup>Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil

<sup>3</sup>Pós Doutorando do Programa de Pós Graduação em Nutrição da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil

\*Autor Correspondente: [andre.santana@ufob.edu.br](mailto:andre.santana@ufob.edu.br)

## RESUMO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) contribuem para a segurança alimentar e nutricional (SAN) e desenvolvimento sustentável com práticas tecnológicas. No Brasil, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público realizam atividades para a promoção da saúde e garantia da SAN. O objetivo deste estudo foi analisar a Organização Cidades Sem Fome e suas atividades para a realização de projetos em AUP. Para a realização da pesquisa foi conduzido o estudo de caso com abordagem qualitativa, baseado em informações oriundas de sites oficiais, revisão de literatura e entrevista para caracterizar a organização como empreendimento social. A análise SWOT foi realizada para avaliação estratégica da organização, bem como a elaboração do modelo lógico estrutural da entidade. A partir da análise da trajetória da entidade e execução de projetos é possível afirmar que a Organização Cidades Sem Fome se caracteriza como uma entidade voltada para o empreendedorismo social de caráter inovador para a inserção social e sustentabilidade no ambiente agrário urbano. A realização de projetos a sob ótica social contribui para a promoção da saúde, educação alimentar e educação ambiental, além de almejar a sustentabilidade financeira para os empreendimentos sociais.

Palavras-chave: agricultura urbana; empreendedorismo; organização social; segurança alimentar; sistema alimentar sustentável.

## ABSTRACT

Urban and peri-urban agriculture (UPA) contributes to food and nutrition security (FNS) and sustainable development through technological practices. In Brazil, Civil Society Organizations of Public Interest carry out activities to promote health and guarantee FNS. The aim of this study was to analyze the Cidades Sem Fome Organization and its activities to carry out UPA projects. To carry out the research, a case study was conducted with a qualitative approach, based on information from official websites, a literature review and interviews to characterize the organization as a social enterprise. A SWOT analysis was carried out to assess the organization's strategy, as well as drawing up the entity's structural logic model. Based on the analysis of the organization's trajectory and the execution of its projects, it is possible to state that the Cidades Sem Fome Organization is characterized as an entity focused on innovative social entrepreneurship for social inclusion and sustainability in the urban agrarian environment. Carrying out projects from a social perspective contributes to health promotion, food education and environmental education, as well as aiming for financial sustainability for social enterprises.

Keywords: urban agriculture; entrepreneurship; social organization; food security; sustainable food system.

Citar este artigo como:

SANTOS, H. M. dos; SILVA, S. P.; BATISTA, A. O. M.; CHAVES SANTANA, A. B. Agricultura urbana e periurbana como abordagem integrada sustentável para a segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. *Nutrivisa - Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde*, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. e12973, 2024. DOI: 10.59171/nutrivisa-2024v11e12973. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/12973>.

## INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) trata-se do conjunto de práticas voltadas para a produção agrícola e processamento que integram transformação, distribuição, comercialização e reciclagem, que ocorrem na terra e outros espaços das cidades e regiões circundantes (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2022). Tais práticas envolvem as áreas urbanas e atores periurbanos, comunidades, lugares, políticas, instituições, sistemas, ecologias e economias, que em grande parte estão voltadas para regenerar recursos locais no atendimento às necessidades das populações locais (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2022).

Os sistemas de agricultura urbana têm papel fundamental na alimentação das cidades, principalmente em decorrência do aumento da urbanização (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2018). Considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a AUP contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo práticas e tecnologias de produção inovadoras, resilientes e eficientes em termos de recursos para a produção de alimentos (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2022).

A promoção de mudanças sustentáveis na vida das pessoas e a sustentabilidade financeira das empresas torna-se o foco do resultado para os empreendedores sociais, atingindo o nível comunitário e não apenas o nível individual (EL EBRASHI, 2013). O empreendedorismo social atua em oposição ao empreendedorismo econômico, de modo a resgatar o valor do homem em relações sociais quando o capital se faz presente (VIEIRA; SILVA, 2015).

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) no Brasil são as responsáveis por realizar atividades de empreendedorismo social. As OSCIPs são regidas pela Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social do país (BAGGENSTOSS; DONADONE, 2013).

Iniciativas para agricultura urbana agroecológica realizadas por OSCIPs têm sido bem-sucedidas para a promoção da saúde e SAN. Tais experiências demonstram o caminho para a participação de cidadãos baseadas na educação popular freiriana, em metodologias participativas, autônomas e emancipatórias

no desenvolvimento comunitário local, aliadas às inovações sociais, econômicas e ambientais para a agroecologia (RIBEIRO *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2016).

No âmbito da agricultura urbana, a implementação de protocolos de Boas Práticas Agrícolas (BPA) permite a produção de alimentos pautada na transição agroecológica, atrelada à atividade econômica com maior valor agregado em comparação aos produtos convencionais e menos prejudiciais ao meio ambiente (NAKAMURA; MARCOS, 2021). As BPAs consistem no conjunto de princípios, tecnologias, normas, práticas e recomendações técnicas aplicadas na cadeia de produção, transporte e distribuição de alimentos hortícolas, visando promover e assegurar a qualidade dos produtos agrícolas para o consumo humano (MARTINEZ; TAVARES, 2016).

A partir do contexto apresentado, o objetivo deste estudo foi analisar a Organização Cidades Sem Fome, abordando os projetos de atuação em AUP, para produção e comercialização de produtos hortícolas sustentáveis e seus efeitos para a geração de trabalho e renda, incluindo a avaliação estratégica sob a ótica do empreendedorismo social.

## MATERIAL E MÉTODOS

### Desenho do estudo

Foi realizado o estudo de caso com abordagem qualitativa, a partir da análise documental de informações disponíveis no site oficial da entidade, revisão narrativa da literatura, entrevista e elaboração de modelos teóricos para descrição da trajetória da Organização Cidades Sem Fome nas atividades dos projetos para a AUP.

### Análise documental

A análise documental foi realizada para obtenção de informações disponíveis em documentos escritos e não escritos, a fim de reunir elementos da problemática, contexto, definição do objeto de estudo e elucidação do problema (LIMA JUNIOR *et al.*, 2021). Dessa forma, a análise documental foi estruturada em 4 etapas: 1) Análise documental preliminar; 2) Entrevista; 3) Análise SWOT; 4) Construção do modelo lógico.

### Análise documental preliminar

Na análise documental preliminar foram obtidas informações publicadas no site oficial da Organização

Cidades Sem Fome, disponível em: <https://www.cidadessemfome.org/>. A partir desta etapa de busca de informações foi possível iniciar a caracterização da organização, incluindo a abrangência dos projetos desenvolvidos.

#### Entrevista

Foi utilizada a técnica de entrevista aberta, com a finalidade exploratória para o detalhamento de questões e formulações precisas de conceitos relacionados à temática da pesquisa, a partir de uma conversa informal conduzida por perguntas respondidas com total liberdade de explanação do entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005). A entrevista com o idealizador e fundador da Organização Cidades Sem Fome foi realizada pela equipe de pesquisadores responsáveis no dia 31 de outubro de 2022, por meio de videoconferência utilizando a plataforma Google Meet (TEMP, 2022). As respostas obtidas permitiram definir e detalhar o perfil da organização, incluindo informações precisas sobre os projetos realizados, investimentos, e o público atendido.

#### Análise SWOT

Para a avaliação estratégica da Organização Cidades Sem Fome foi realizada a análise SWOT – abreviação de Strengths (FORÇAS), Weaknesses (FRAQUEZAS), Opportunities (OPORTUNIDADES) e Threats (AMEAÇAS). Trata-se de uma ferramenta de análise estratégica de negócios, avaliando elementos internos e externos de uma organização (TEOLI *et al.*, 2019).

#### Revisão narrativa

A revisão narrativa da literatura foi utilizada para a descrição e discussão do ponto de vista teórico ou contextual, baseada em questões amplas do estado da arte, obtenção de fontes de informação, seleção de publicações, e análise da literatura destinada à síntese e inferências qualitativas (ROTHER, 2007).

#### Construção do modelo lógico

A construção do modelo lógico no âmbito do empreendimento social a partir da avaliação executiva buscou configurar o desenho funcional da organização para resolução de um problema, centrada na estruturação dos elementos: 1) Insumos; 2) Processos; 3) Produtos; 4) Resultados; 5) Impactos. Esta ferramenta possibilita a definição da lógica causal entre os componentes citados para resolução de problemas identificados, de modo a estruturar e descrever os

mecanismos para obtenção de resultados e impactos a curto, médio e longo prazo (CASSIOLATO; GUERESI, 2010; BRASIL, 2018).

#### Concepção do modelo teórico

A concepção do modelo teórico sobre a AUP foi realizada a partir do processo de elaboração, desenvolvimento e relato de 3 planos: Modelo Teórico Conceitual (MTC), Modelo Teórico de Análise (MTA) e Modelo Teórico Observado (MTO) (SOUZA FILHO *et al.*, 2023). A estruturação de cada modelo teórico foi realizada a partir das seguintes etapas:

- 1) MTC - Composto pelo plano teórico obtido a partir da análise documental e análise SWOT;
- 2) MTA - Construído a partir do plano empírico na rede de hipóteses com base na revisão narrativa e nos elementos formulado no modelo lógico;
- 3) MTO - Este plano foi desenvolvido a partir da interpretação crítica e reflexiva dos resultados obtidos no MTC e formulação do MTA, voltado para a compreensão aprofundada dos referenciais teóricos e de influências atreladas ao local, os indivíduos, organização e tempo envolvidos na pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Descrição da Organização Cidades Sem Fome

A Organização Cidades Sem Fome foi criada em São Paulo no ano de 2004 por Hans Dieter Temp, atuante no desenvolvimento de projetos de agricultura sustentável em áreas urbanas, por meio da criação de núcleos de produção de alimentos em espaços urbanos disponíveis ou subutilizados.

O objetivo inicial de Hans foi criar oportunidades de trabalho e renda para pessoas com vulnerabilidade socioeconômica no município de São Paulo, com foco na criação de negócios sociais sustentáveis baseados na AUP, no estímulo ao empreendedorismo, na inserção social e na contribuição de maneira eficiente na redução de impactos ambientais.

Os métodos de produção agrícola no empreendimento são baseados em técnicas naturais e biológicas, sem o emprego de defensivos e agrotóxicos químicos. Utiliza-se a técnica de rotação de culturas nos plantios das hortaliças, o que favorece a conservação do solo de forma a não provocar qualquer impacto ambiental. O uso e manejo hídrico são feitos por meio de técnicas

de captação e armazenamento de água da chuva em enormes cisternas, e utilização da água de poços superficiais, o que gera uma economia de até noventa e um por cento no custo da irrigação. Outro destaque para a cadeia de sustentabilidade desenvolvida pela organização, deve-se ao fato de que os alimentos são produzidos e consumidos nas regiões próximas aos projetos, culminando na redução das emissões de gás carbônico em decorrência do transporte de produtos hortícolas (CIDADES SEM FOME, 2022).

A Zona Leste do município de São Paulo conta 3,3 milhões de habitantes, representando trinta e três por cento da população da megacidade, sendo a localidade urbana paulistana mais atingida pelo desemprego e pela falta de alimentos. A população desta localidade foi formada inicialmente, em sua maioria, por pessoas que migraram dos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, em busca de melhores condições de vida e oportunidade de emprego, sendo composta principalmente por jovens, pessoas em idade produtiva e de idade mais avançada, com baixa ou nenhuma escolaridade. Além da concentração de pessoas de refugiadas. Grande parte dos moradores dessas comunidades encontrava-se desempregada ou possuía como única fonte de alimentação a cesta de alimentos distribuída pelo poder público. Portanto, uma parcela desta população buscava compor seu orçamento por meio de serviços, normalmente temporários e que exigem pouca qualificação profissional (CIDADES SEM FOME, 2022).

Com base no perfil sociodemográfico apresentado, enquadram-se como público-alvo de moradores da Zona Leste de São Paulo como potenciais beneficiários dos projetos desenvolvidos pela organização as pessoas desempregadas, moradores em situação de rua, mulheres sozinhas, mulheres em condição de mãe solo, portadores de deficiências físicas, pessoas de idade mais avançada, refugiados ou que estão em processo de tratamento de dependências químicas.

As hortas urbanas possuem uma elevada capacidade de geração de renda para os beneficiários, com oferta de empregos sustentáveis, e fornecimento de alimentos a preços justos para a população, melhorando assim a segurança social e alimentar de toda a região.

A superação da insegurança alimentar e nutricional, com sustentabilidade ambiental e econômica em regiões metropolitanas é hoje um dos maiores desafios para sociedades de todo o mundo. Como resultado de

suas atividades e ações, a organização recebeu vários prêmios nacionais e internacionais entre os anos 2009 e 2022. Estratégias, iniciativas de prospecção de parceria e captação de recursos são de grande importância para realização das ações e gestão da Organização Cidades Sem Fome.

#### Projeto Hortas Urbanas

O Projeto Hortas Urbanas (PHU) surgiu com o objetivo de recuperar e dar destinação social e econômica para áreas disponíveis e sem uso específico no município de São Paulo, ressignificando as hortas comunitárias, que comumente são implantadas sobre um modelo de natureza ideológica, de socialização ou de terapias ocupacionais (CIDADES SEM FOME, 2022).

Projetos como esse ganham ainda mais importância diante da situação atual do país. Apesar de o Brasil ter saído do Mapa da Fome em 2014, a garantia de SAN das populações vulneráveis voltou a estar em risco. Em decorrência do enfraquecimento das políticas sociais, leis de trabalho, aumento da inflação econômica e momento político que o Brasil enfrenta, somado os efeitos da pandemia da Covid-19, o quadro de 19,1 milhões de brasileiros convivendo com a fome no fim de 2020, se ampliou para 33,1 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave em 2022 (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2022).

Vale ressaltar que, embora grande parte dos alimentos produzidos abasteça as grandes cidades, apenas no início do ano 2000, a AUP foi incluída na agenda política para a gestão urbana e a administração pública (GIACCHÈ; PORTO, 2015; NAGIB, 2016).

No caso do PHU, houve a criação de oportunidades de geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A viabilização deste espaço como ferramenta para geração de renda é dividida em três etapas: primeiro mapear os espaços da cidade que se encontram vazios, descobrindo se são de natureza particular ou pública; em segundo lugar, é necessário captar os recursos para implantação do projeto e; e em terceiro, selecionar os beneficiários e adotar critérios de seleção alcançar pessoas que fazem parte do “tecido social mais rompido”, como mulheres que sejam responsáveis por manter o orçamento doméstico, desempregados, migrantes, com baixa escolaridade e residentes nas proximidades da horta a ser implantada, por uma questão de logística (TEMP, 2022).

Hoje, o PHU é formado por cerca de trinta e cinco hortas comunitárias urbanas, concentradas na Zona Leste do município de São Paulo, tendo a sua maior horta a dimensão de nove mil metros quadrados. O plantio em terrenos maiores só foi possível devido uma parceria com a multinacional italiana ENEL, distribuidora de energia elétrica do município, por meio de um comodato com as áreas que possuem torres de energia elétrica e amplo vão livre. Com isso, o projeto ganhou escala de produção e, conseqüentemente, de comercialização para seus produtos hortícolas (TEMP, 2022).

Essa parceria com a ENEL se torna mais relevante, visto que é necessário que os terrenos utilizados para a implantação dessas hortas comunitárias não sejam mais vistos como espaços de uso transitório, cedidos até que outra utilidade seja destinada a eles, pois essa incerteza sobre a permanência acarreta uma instabilidade e insegurança, principalmente entre aqueles que se utilizam da horta urbana para complementar a renda (SERAFIM; DIAS, 2013).

Por questões de logística, as hortas do projeto produzem olerícolas de ciclo curto, tais como as hortaliças folhosas e temperos, bem como raízes e legumes de rápido desenvolvimento. Alface, escarola, salsinha, cebolinha, abobrinha, beterraba e cenoura são alguns dos produtos produzidos pelos agricultores do projeto. No entanto, para propiciar a maior variedade de hortaliças para seus consumidores, o projeto adquire olerícolas de ciclo longo, como mandioca e batata doce, de pequenos agricultores, fortalecendo a agricultura familiar (TEMP, 2022).

No ano de 2022 as hortas do projeto foram responsáveis pela produção de cerca de sete toneladas de alimentos por mês, e o lucro gerido individualmente por cada horta, sendo que de oitenta a oitenta e cinco por cento do valor foi destinado aos beneficiários, e quinze a vinte por cento dos rendimentos custearam a manutenção do projeto (energia elétrica, água, internet, insumos e maquinário). Em 2022, o PHU atendeu 156 famílias, conferindo um salário médio de R\$2.500,00 por mês aos trabalhadores beneficiários, além da formação de renda indireta, uma vez que as famílias deixaram de comprar hortaliças e passaram a se auto-abastecer (TEMP, 2022).

#### Projeto Hortas Escolares

O Projeto Hortas Escolares (PHE), segundo ramo de atuação da Organização Cidades Sem Fome, surgiu da primícia que a maior parte das cidades brasileiras

possui diversas escolas com grandes áreas físicas sem nenhuma utilização específica. Desse modo, o projeto pretende utilizar esses espaços de forma mais racional transformando-os em espaços pedagógicos para a produção de alimentos, criando uma interface entre alunos, professores e comunidades do entorno (CIDADES SEM FOME, 2022).

O PHE pode ser aplicado em escolas públicas e particulares, diferenciando-se apenas pelo modo de implementação. No caso das escolas públicas, a própria organização aliada à escola vai em busca de recursos para a sua execução, enquanto nas escolas particulares, o projeto é contratado pelo colégio para a prestação do serviço (TEMP, 2022). Independentemente do tipo da escola, o projeto é pautado sob três pilares: Educação Alimentar e Nutricional (EAN) aliado à Educação Ambiental, a mudança de hábitos alimentares dos escolares e a contribuição com a alimentação escolar.

Segundo o documento “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas”, o conceito de EAN no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da SAN, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Sua prática deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Assim, a EAN constitui uma estratégia das políticas públicas em alimentação e nutrição na promoção de hábitos alimentares saudáveis, com grande importância na infância, fase da vida em que o indivíduo sai do convívio familiar e penetra o ambiente escolar, no qual experimentará outros alimentos, modos de preparações e oportunidades de promover mudanças em seus hábitos alimentares por influências e novos estímulos no sistema educacional (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

O PHE permite que os alunos possam desenvolver e vivenciar oficinas práticas de plantio em hortas, representando um meio importante de produção de conhecimento, de organização e de participação na comunidade, tendo os alunos como agentes de transformação, de intervenção na preservação e na defesa

do meio ambiente, dos bens culturais e históricos (CIDADES SEM FOME, 2022).

A introdução da horta no ambiente escolar possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em Educação Ambiental e Alimentar, unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos. Atividades estas, inseridas em diversos temas transversais como meio ambiente, saúde, alimentação e nutrição, além das diferentes áreas do saber, de modo que impregne toda a prática educativa (CIDADES SEM FOME, 2022; GARCIA; ODA; ODA, 2009).

Os primeiros anos de vida são fundamentais no desenvolvimento humano e das vias imunológicas, endócrinas, metabólicas em conjunto com o microbioma para atingir uma relação de equilíbrio (ALMEIDA *et al.*, 2021). Dessa maneira, práticas alimentares inadequadas ou carências nutricionais nessa fase podem causar prejuízos à saúde. O comportamento alimentar é complexo: vai desde a compra, higienização e modos de preparo, até o ato de se alimentar, sofrendo diferentes influências, estas, ambientais, políticas, nutricionais, psicológicas, sociais e culturais. Sendo passível de interferências externas, influenciando diretamente na construção de hábitos das crianças (ALMEIDA *et al.*, 2021).

Assim, as experiências introdutórias de alimentação da criança com novos sabores e texturas, devem ser valorizadas, facilitando ou dificultando a adoção de hábitos saudáveis desde o início da vida, além de serem capazes de favorecer hábitos alimentares adequados e saudáveis no futuro e, conseqüentemente, um papel importante na proteção contra possíveis problemas decorrentes de uma alimentação inadequada, como desnutrição, anemia, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Portanto, a EAN desde a primeira idade é fundamental, e a escola é um excelente agente da sua promoção (ALMEIDA *et al.*, 2021; CIDADES SEM FOME, 2022).

Conseqüentemente, a introdução dos alimentos produzidos na horta para o cardápio da alimentação escolar desperta o desenvolvimento de bons hábitos alimentares das crianças, familiarizando-as com os alimentos. Assim, como forma de celebrar o aniversário de 60 anos de Hans em 2023, o idealizador da

organização definiu como meta atender 60 escolas públicas com a implementação do PHE (TEMP, 2022).

#### Projeto HortiFruti

O Projeto HortiFruti (PHF) se encontra ao lado da maior horta urbana, atualmente localizada no bairro de São Mateus, situado no município de São Paulo. Nessa horta, comercializam-se os produtos cultivados e produzidos em toda rede de hortas implantadas pela Organização Cidades sem Fome, funcionando também como um centro de distribuição. O acesso a essa região possibilita uma logística favorável entre as hortas menores, fornecedores e as empresas atendidas pela comercialização. Em entrevista, Hans afirmou que os alimentos são vendidos a essas empresas e ao público em geral, por um preço mais acessível em comparação com supermercados, aplicativos, plataformas de entrega de alimentos orgânicos e até mesmo com valores inferiores aos observados em feiras livres (TEMP, 2022).

Neste modelo de comercialização, pouco mais de oitenta por cento do valor das vendas é repassado aos pequenos produtores da comunidade que trabalham nas hortas e, além disso, a produção excedente é doada aos próprios beneficiários, gerando um autoconsumo e renda indireta. Segundo Hans, o que possibilita os preços mais acessíveis e justos são os subsídios de investidores, que com isso, o hortifruti consegue atender a população com um preço menor. Assim, cada horta gera sua própria receita social e superávit para investir no projeto, gerando mais capital financeiro, espaços e recursos para materiais (TEMP, 2022).

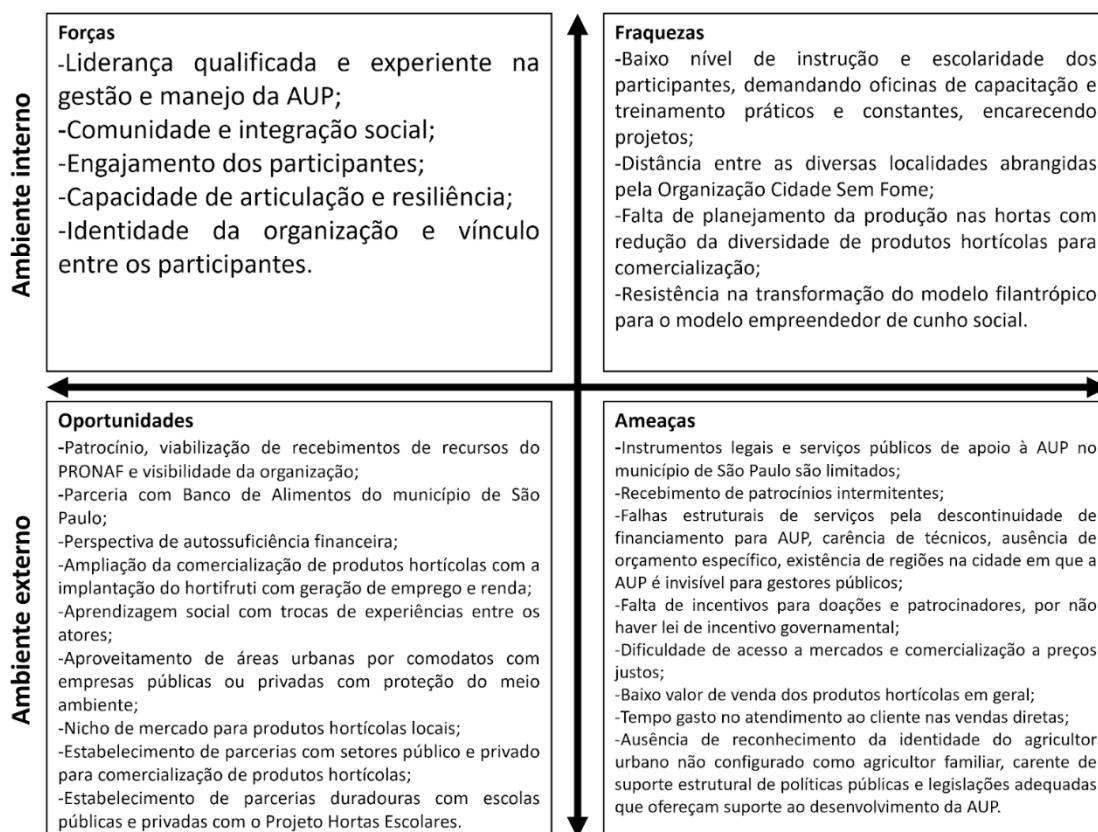
No PHF é possível encontrar uma grande variedade de produtos agrícolas, como legumes, hortaliças, chás, temperos, ervas, entre outros. Nesse espaço são comercializados produtos orgânicos, incluindo tudo o que é produzido nas hortas urbanas, e os alimentos produzidos de forma convencional, adquiridos de outros fornecedores, como: batata inglesa, cebola, tomate, cará, batata doce, ovos, frutas, de ciclos mais longos. Apesar de serem produzidos de forma orgânica, os produtos hortícolas não possuem certificação. Os selos e certificações de alimentos orgânicos são cruciais e geram um papel de garantia do cumprimento das normas, mas ainda representam um alto custo operacional quando utilizados por pequenos produtores e agricultores familiares, o que leva à não-certificação (VIANA; SILVA, 2020).

Análise estratégica para o empreendedorismo social na Agricultura Urbana e Periurbana

A análise SWOT sintetiza elementos positivos e negativos da Organização Cidades Sem Fome, considerando determinantes dos ambientes internos e externos, buscando identificar êxitos e deficiências visando à melhoria da gestão do empreendimento social (Figura 1). Considerando a análise do ambiente interno, identificaram-se elementos positivos que caracterizam as forças internas da organização, que conferem certo destaque para o líder e participantes da comunidade. A criação de vínculo entre os atores envolvidos no ambiente interno mostra-se como o diferencial, não apenas para o engajamento para a criação da identidade da organização. Dentre as fraquezas internas verificadas a baixa escolaridade dos beneficiários, a distância entre as localidades atendidas pela organização, a falta de planejamento na produção e a dificuldade para a transição do modelo filantrópico para o modelo empreendedor foram os principais entraves enfrentados pela organização.

Quando analisados os elementos do ambiente externo, as informações levantadas mostram a complexidade e os desafios no cenário de atuação. Considerando as abordagens econômicas, ambientais e sociais em sustentabilidade, a organização consegue articular e viabilizar oportunidades externas para captação de recursos, promoção da SAN, proteção do meio ambiente urbano, geração de emprego e renda, aprendizagem social e estabelecimento de parcerias com setores públicos e privados. Todavia, o conjunto de ameaças externas demonstram as limitações impostas pelo poder público e inerentes ao mercado no sistema capitalista, sinalizadas pela carência de políticas públicas, falhas nos serviços públicos de apoio a AUP, dificuldades na competição comercial e baixo valor agregado dos produtos hortícolas. Ademais, a falta de reconhecimento da identidade do agricultor urbano, tal como o agricultor familiar, impede o desenvolvimento e apoio de políticas públicas e legislações agrárias em benefício da AUP (Figura 1).

**Figura 1** - Análise SWOT dos elementos identificados nos ambientes internos e externos atrelados à Organização Cidades Sem Fome.

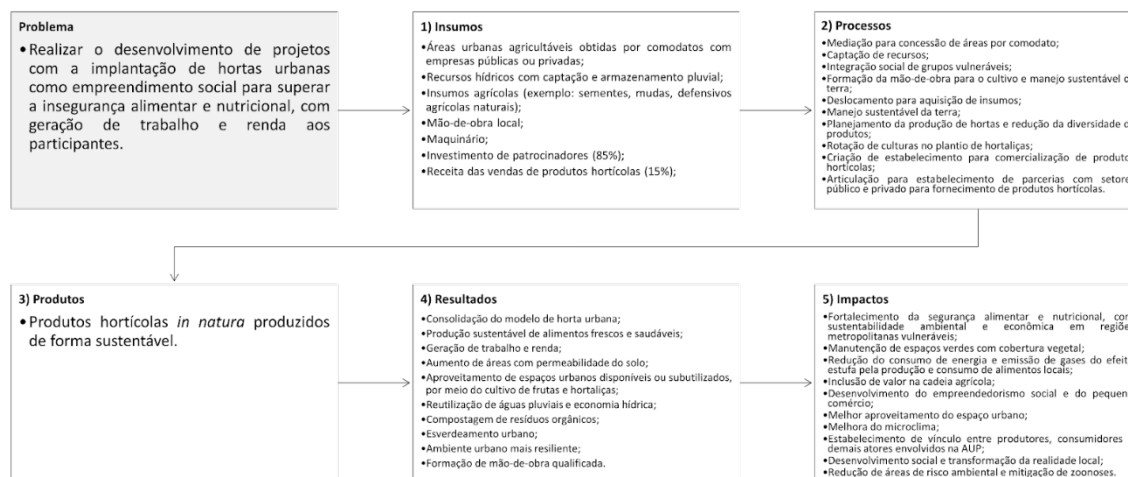


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A concepção do modelo lógico para permitir encaixar os indicadores para análise da economicidade de insumos, eficiência operacional de processos e produtos, eficiência alocativa para resultados e os impactos efetuados para resolução de um dado problema pela organização (Figura 2).

O principal problema identificado para a atuação da organização consistia em realizar o desenvolvimento de projetos com a implantação de hortas urbanas como empreendimento social para superar a insegurança alimentar e nutricional, com geração de trabalho e renda aos participantes (Figura 2).

**Figura 2** - Componentes do modelo lógico dos componentes sequenciais na Organização Cidades Sem Fome.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Podem ser delineadas algumas hipóteses que embasam a estrutura do modelo lógico, considerando o problema definido que motiva a atuação da Organização Cidades Sem Fome. A definição do problema justifica as atividades realizadas para a implementação do empreendimento social. A primeira hipótese remete à economicidade dos insumos, visando elencar os recursos necessários para as atividades da organização, incluindo recursos financeiros, de modo a questionar se esses recursos são suficientes para a execução das atividades.

Em seguida, para a hipótese dos processos foram elencadas as atividades realizadas e sua adequação para a geração do produto, de modo a definir se as intervenções realizadas foram factíveis com os recursos disponíveis. Posteriormente, foram definidas as hipóteses para os produtos, de modo a definir se os itens listados atendem às necessidades e objetivos do empreendimento social, sendo por si o foco das intervenções e etapas planejadas. Por fim, foram elaboradas as hipóteses para os resultados e impactos gerados, de modo a mensurar e repercutir os benefícios de curto, médio e longo prazo para a AUP e SAN.

Os investimentos financeiros obtidos por patrocinadores e receita das vendas dos produtos hortícolas, a utilização da mão-de-obra local, e os recursos hídricos oriundos da captação e armazenamento pluvial. Os comodatos em áreas urbanas da ENEL agregam o montante de insumos necessários para os processos de produção da organização (Figura 2). Na cadeia de produção na agricultura urbana, existe o potencial de reuso de insumos, redução de desperdício, com ênfase na contribuição das hortas urbanas para a produção de alimentos, ervas medicinais de forma orgânica (CORRÊA *et al.*, 2020).

A consolidação do modelo de horta urbana, atrelada à produção sustentável de alimentos frescos e saudáveis pautadas na AUP, por meio da geração de trabalho com formação de mão-de-obra qualificada e a promoção social de pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica foram resultados expressivos alcançados pela organização. A promoção do ambiente urbano sustentável e resiliente com práticas de compostagem de resíduos orgânicos, reutilização de águas pluviais contribui para a economia



hídrica, favorecendo a ampliação de espaços verdes com as hortas urbanas (Figura 2).

A escolha de olerícolas como principais produtos hortícolas cultivados pela Organização Cidades Sem Fome contribuiu para a geração de volume de produção em curto ciclo, com a possibilidade de cultivo e manejo de forma orgânica e sustentável (Figura 2). Os princípios agroecológicos tornam-se uma possibilidade para produção de olerícolas de forma orgânica, contribuindo para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis, com garantia de produção segura de alimentos (FERREIRA; BAESSO; GERALDO, 2018).

A região metropolitana de São Paulo destaca-se pela produção de horticultura no chamado “Cinturão Verde”, a qual abriga diferentes tipos de agricultura urbana que incluem quintal produtivo, loteamento, guerrilha, horta comunitária, horta institucional, horta urbana, agricultura familiar e empreendimento agrícola (BIAZOTI et al., 2021). Assim, nos sistemas cooperativos de agricultura urbana do município de São Paulo, o processo complexo de produção agrícola não coaduna com a lógica industrial fracionária de transformação envolvendo etapas de preparo do solo, colheita e cuidados com a produção, obedecendo a uma dinâmica própria e singular, na qual o tempo e o processo de trabalho estão sujeitos aos determinantes da natureza (DOMENE et al., 2023).

A geração de empregos e o poder econômico da produção agrícola nas cidades e nas periferias com benefícios para a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e da saúde, e a integração social, o melhoramento ambiental e do microclima são impactos socioculturais e ambientais da agricultura urbana (PIRES, 2016).

A avaliação dos impactos gerados pela Organização Cidades Sem Fome pode ser mensurada pela contribuição direta dos projetos e pela ampliação do debate no fortalecimento da SAN, por meio da sustentabilidade ambiental e econômica nas regiões metropolitanas de maior vulnerabilidade e assistência insuficiente do poder público (Figura 2).

Os efeitos diretos observados visando o aproveitamento do espaço urbano e na manutenção de espaços verdes com a cobertura vegetal das hortas contribuem para proteção urbana para mitigação de zoonoses e redução de riscos ambientais em decorrência da proliferação de pragas. O aumento dos territórios verdes

auxilia na amenização do microclima urbano, o qual está suscetível periodicamente às altas temperaturas decorrentes da crise climática. Os impactos inerentes à promoção da sustentabilidade social podem ser observados a partir do desenvolvimento social e transformação da realidade local, e das atividades baseadas no empreendedorismo social e inovações nas formas de comercialização local dos produtos hortícolas (Figura 2).

A literatura apresenta exemplos de projetos sociais baseados na agricultura urbana com impactos na promoção da segurança alimentar, educação e gestão ambiental, integração e inclusão social, geração de emprego e renda, com benefícios ao meio ambiente e comercialização local de produtos hortícolas (VALENT; OLIVEIRA; VALENT, 2017; SOUSA; BAZZOLI; DELGADO, 2020; SIQUEIRA; FERREIRA, 2021; CAMELO et al., 2023). As hortas urbanas impactam nas decisões para consumo alimentar, catalisando uma redução da pegada de carbono, promovendo mudanças nos hábitos alimentares quanto à quantidade de resíduos compostados, taxa de consumo de produtos orgânicos e compra de produtos alimentares locais (PUIGDUETA et al. 2021).

Contribuições da agricultura urbana e boas práticas agrícolas para Segurança Alimentar e Nutricional

A AUP é uma importante ferramenta de provisão de alimentos para mitigar a crise de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para o padrão alimentar saudável e com biodiversidade, pautadas na perspectiva de sustentabilidade e alinhada ao modelo produtivo inspirado pela agroecologia (BERTOLINI; JAIME; GIULIO, 2023).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável foram definidas com a segunda meta do conjunto dos dezessete ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas. No Brasil, essa meta foi ampliada, visando à garantia de sistemas alimentares sustentáveis de produção de alimentos, incluindo a agricultura orgânica e agroecológica (SILVA, 2018).

A definição de segurança alimentar no Brasil assume características interdisciplinares, envolvendo as áreas de economia, agricultura, direito, educação, saúde coletiva, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). O conceito de SAN estabelecido no Brasil envolve um conjunto de ações ligadas ao acesso ao

alimento, práticas alimentares saudáveis, sustentabilidade na produção, cidadania e direitos humanos (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A partir da publicação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), foi estabelecido a seguinte definição de SAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A incorporação da intersetorialidade nas políticas públicas destinadas para promoção da SAN possibilitou a articulação de diferentes áreas técnicas de governo, promovendo o diálogo entre a PNAN e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ALVES; JAIME, 2014).

A agricultura urbana orgânica é um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável das cidades, sendo necessária a criação de uma política específica para apoiá-la com a necessidade de divulgação dos benefícios ao ambiente das cidades (MAAS; MALVESTITI; GONTIJO, 2020).

A agricultura urbana associada às BPAs tem o potencial de reduzir riscos para a saúde humana e para o meio ambiente inerentes à produção agrícola urbana convencional, proporcionando mais agrobiodiversidade e promoção de um sistema alimentar sustentável (SIEUEIA JÚNIOR; ENGEL, 2018). As hortas urbanas possuem o potencial para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável, sendo necessário o acesso à terra, financiamento e apoio institucional, promoção de políticas e práticas para a expansão e consolidação desta prática agrícola, a qual contribui para o alcance dos ODS (FAVORETO et al., 2024). Já as organizações de caráter humanitário nas atividades de agricultura urbana têm como objetivo incluir a difusão de inovação e informação, acesso ao conhecimento, formação e a criação de redes, e estratégias de adaptação às mudanças climáticas (DÜRRNAGEL; SIEUEIA JUNIOR; DÜRRNAGEL, 2022).

Conforme descrito na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), as BPA estão incluídas como medidas sanitárias para o cumprimento da diretriz destinada ao controle e regulação dos alimentos. Esta política pública destaca a importância da segurança sanitária para a proteção da saúde humana, ao considerar as mudanças na cadeia de produção e consumo de alimentos. Ademais, a PNAN preconiza a promoção da alimentação adequada e saudável atrelada ao uso sustentável do meio ambiente, ressaltando a importância em ofertar o alimento saudável e com garantia de qualidade biológica e sanitária. Existe uma confluência entre a PNAN e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) para promover e proteger a saúde da população, com base na perspectiva do direito humano à alimentação, orientada pela normatização e controle sanitário da cadeia de produção, comércio e distribuição de alimentos (BRASIL, 2013).

Portanto, deve-se avaliar e implementar estratégias para o alinhamento dos interesses do setor agropecuário com a abordagem de controle sanitário, conforme preconizado pela PNAN (FERREIRA, 2021).

Modelo Teórico Observado de Agricultura Urbana e Periurbana para a Segurança Alimentar e Nutricional

A proposta do MTO apresenta de forma sintética os aspectos da AUP para a garantia da SAN, no contexto do empreendedorismo socioambiental, abordando suas dimensões, políticas, atividades e inovações (Figura 3).

A AUP apresenta múltiplas funcionalidades, que compreendem as dimensões sociocultural, econômica e ambiental que podem ser estimuladas por políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis visando atingir as metas dos ODS (CURAN; MARQUES, 2021).

O suprimento de alimentos e desenvolvimento de circuitos econômicos e suas diferentes formas de organização e configuração são práticas comuns da AUP, sendo este um fenômeno antigo na sociedade mundial e presente em todas as regiões brasileiras, com mais expressividades nas regiões metropolitanas e capitais. A valorização da agroecologia presente neste fenômeno contribui para produção de alimentos para o consumo familiar e comercialização do excedente (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020).

O consumo de alimentos de origem vegetal, oriundos da produção agrícola convencional, contribui para

**Figura 3** - Proposta do Modelo Teórico Observado de aspectos da Agricultura Urbana e Periurbana para a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto das atividades de empreendedorismo, políticas e ações de inovação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

o aumento no uso de agrotóxicos presentes na produção de diferentes culturas no Brasil (SHINOHARA *et al.*, 2017).

A agroecologia está associada ao movimento social, político, ambiental e econômico, o qual propõe um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo ao modelo do agronegócio, inserida em princípios de economia solidária e o comércio justo (GIACCHÈ; PORTO, 2015).

No município de São Paulo, a produção agrícola que ocorre no interior ou nas zonas periféricas da cidade, e atreladas às dinâmicas da região, é aliada para a agricultura rural na garantia do acesso da população a alimentos em qualidade e quantidade adequadas, além de aumentar a resiliência dos grandes centros urbanos na promoção de serviços ambientais e empregos (MACEDO; COMAS; GALLARDO, 2021).

A prática da AUP de forma coletiva na horta comunitária é uma atividade eficaz na promoção e garantia da SAN, sendo uma estratégia para a promoção da saúde e da alimentação adequada, além de fortalecer a construção de autonomia e empoderamento social e desenvolvimento sustentável (SANTOS; MACHADO, 2020).

Outras experiências vivenciadas no Estado de São Paulo mostram que a atividade de empreendedorismo socioambiental por meio da AUP proporciona múltiplos benefícios econômicos e sociais, contribuindo para a redução de custos dos alimentos produzidos, como o fortalecimento entre as relações do produtor e consumidor pela venda direta em feiras e da certificação participativa (GIACCHÈ; PORTO, 2015). Os empreendimentos baseados na agricultura urbana apresentam viabilidade econômica, sendo uma possível ferramenta para melhorar as condições de segurança alimentar da população urbana (BOSETTI, 2023).

## CONCLUSÃO

A Organização Cidades Sem Fome mostra-se como uma entidade pioneira, voltada para o empreendedorismo social, pautada na inserção social e sustentabilidade nas práticas agrícolas que contribuem para a SAN. Foram identificadas ações realizadas pela organização para o enfrentamento de problemas dos sistemas alimentares contemporâneos

de atuação conjunta, nos eixos da saúde humana, no meio ambiente e na justiça social.

Os projetos realizados são contextualizados com as necessidades locais e, a participação da comunidade e escolas remetem às características inovadoras para a transformação social, econômica e ambiental.

As oportunidades são vistas como sucesso da organização na consolidação do modelo de empreendimento, ainda que, mesmo dependente de recursos oriundos de patrocínios, possuem perspectivas para a autossustentabilidade financeira. Entretanto, a atuação do poder público e a abrangência das políticas públicas direcionadas para a agricultura urbana fazem-se necessárias para a continuidade e perpetuação dos projetos que promovam sistemas alimentares sustentáveis.

A AUP aliada às BPAs proporciona a utilização de tecnologias agrícolas eficientes e sustentáveis, promovendo a segurança sanitária fundamental na construção de sistemas alimentares saudáveis e resilientes.

Desta forma, os impactos obtidos pela Organização Cidades Sem Fome corroboram a garantia da SAN, com ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da agricultura, utilização sustentável de recursos e proteção do meio ambiente urbano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. DE; LINHARES, I. C.; BRUM, L. S. A.; COELHO, L. S.; MACHADO, M. DA S.; PINTO, P. M. O impacto da má alimentação infantil a longo prazo na saúde do adulto. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 39, p. e9272, 24 nov. 2021. DOI: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/9272/5641>.

ALVES, K. P. DE S.; JAIME, P. C. Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 11, p. 4331–4340, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.08072014>

AZEVEDO, F. F.; PERXACS, H.; ALIÓ, M. A. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, fev. 2020. ISSN 1984-2201. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005>.

BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do Estado. *Gestão e Sociedade*, v. 7, n. 16, p. 112-131, 2013. DOI: [10.21171/ges.v7i16.1605](https://doi.org/10.21171/ges.v7i16.1605). BERTOLINI, A. M.; JAIME, P. C.; GIULIO, G. M. D. O papel da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, v. 32, p. e230330pt, 2023. ISSN: 0104-1290, 1984-0470. DOI: [10.1590/S0104-12902023230330pt](https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230330pt).

BIAZOTI, A. R.; LEÃO, V. O. P. S.; BURALLI, R. J.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. *Estudos Avançados*, v. 35, p. 189–208, 2021. ISSN: 0103-4014, 1806-9592. DOI: [10.1590/s0103-4014.2021.35101.012](https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012).

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005. ISSN: 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>.

BOSETTI, C. J. Agricultura urbana e segurança alimentar: Uma análise econômica: Urban agriculture and food security: An economic analysis. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 29, n. 1, p. 174–189, 2023. DOI: [10.46551/issn2179-6807v29n1p174-189](https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v29n1p174-189). doi: <https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v29n1p174-189>

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://>

- bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica<sup>o</sup> nacional<sup>o</sup> alimentacao<sup>o</sup> nutricao.pdf
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas públicas: um guia prático de análise ex post v. 2. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/@@download/file>.
- CAMELO, R. S. S.; HÜTHER, C. M.; PEREIRA, C. R.; OLIVEIRA, E.; MACHADO, T. B. Efeitos e desempenho produtivo da agricultura urbana na saúde coletiva e ambiental na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2015–2024, 2023. ISSN: 1413-8123, 1678-4561. DOI: 10.1590/1413-81232023287.12252022.
- CASSIOLATO, M. M. M. C.; GUERESI, S. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília-DF: IPEA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5810/1/NT<sup>o</sup>n06<sup>o</sup>Como-elaborar-modelo-logico<sup>o</sup>Disoc<sup>o</sup>2010-set.pdf>.
- CORRÊA, C. J. P.; TONELLO, K. C.; NNADI, E.; ROSA, A. G. Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. e00751, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020LIAO>
- CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 101, p. 209–224, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.013.
- DOMENE, S. M. A.; SAWAYA, A. L.; MAUAD, T.; FRANCO, M. C. P.; ALBUQUERQUE, M. P.; WANDERLEY, M. B.; PEREIRA, C. M.; KAZZE, M. C.; PELIANO, A. M. M. Alimentação Saudável, Agricultura Urbana e Familiar. *Estudos Avançados*, v. 37, p. 207–226, 2023. ISSN: 0103-4014, 1806-9592. DOI: 10.1590/s0103-4014.2023.37109.013.
- DÜRRNAGEL, A. P.; SIUEIA JUNIOR, M.; DÜRRNAGEL, S. P. Agricultura urbana, relações e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo, Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, v. 1, n. 2, p. 96–119, 19 jul. 2022. DOI: 10.59508/geoafrica.v1i2.53542.
- EL EBRASHI, R. Social entrepreneurship theory and sustainable social impact. *Social Responsibility Journal*, v. 9, n. 2, p. 188–209, 1 jan. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1108/SRJ-07-2011-0013>
- FAVORETO, C. J. R.; PEIXOTO, J. R. V.; PEIXOTO, A. C. R.; LUPINACCI, V. B. T.; FREITAS, M. A. V.; CALETTI, R. P. K.; JORGE, M. F.; DA SILVA, L. D. B. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 2, p. e5403, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.2-321. doi: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-321>
- FERREIRA, M. J.; BAESSO, H.; GERALDO, J. Cultivo Orgânico de Olerícolas na Unidade Rural do Campus Muriaé- MG. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/781>.
- FERREIRA, R. A. Interfaces entre a vigilância sanitária de alimentos e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00038921, 29 out. 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00038921
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. September 2017. Rome, Italy: FAO, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/fr/c/I7846E/>.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Urban and peri-urban agriculture sourcebook: From production to food systems. Rome, Italy: FAO, Rikolto International s.o.n., RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CB9722EN/>.
- GARCIA, M. R.; ODA, F. H.; ODA, T. M. Horta escolar: Economia na escola. *Economia & Pesquisa*, v. 11, p. 23-31, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.6005/2179-6009.2009v11p23>.
- GIACCHE, G., PORTO, L. Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 45, n. 6, p.45-60, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2015/tec3-1215.pdf>
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2011.v16n1/187-199/pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.]

- LIMA JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021. ISSN: 2236-9929. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>.
- MACEDO, B. N.; COMAS, F.; N.; GALLARDO, A. L. C. F. Serviços e desserviços ambientais associados à agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo. *Journal of Urban Technology and Sustainability*, v. 4, n. 1, p. e35, 2021. DOI: 10.47842/juts.v4i1.35. Disponível em: <https://journaluts.emnuvens.com.br/journaluts/article/view/35>.
- MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00134319, 2020. ISSN: 0102-311X, 0102-311X, 1678-4464. DOI: 10.1590/0102-311x00134319.
- MARTINEZ, L. P. G.; TAVARES, S. A. Boas Práticas Agrícolas. [S. l.]: Emater-DF, 2016. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/62>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- NAGIB, G. Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. *Cadernos Metrôpole*, v. 21, p. 715–740, 15 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4602>
- NAKAMURA, A. C.; MARCOS, V. de. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 35, p. 225–240, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5mvSgv8F3RBfmQ6gW6Xbd9B/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME. Hortas e Ações, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cidadessemfome.org/hortas-acoes>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- PIRES, V. C. Agricultura urbana como fator de desenvolvimento sustentável: um estudo na Região Metropolitana de Maringá. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 27, n. 2(50), 2016. ISSN: 1806-9029. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21318>.
- PUIGDUETA, I.; AGUILERA, E.; CRUZ, J. L.; IGLESIAS, A.; SANZ-COBENA, A. Urban agriculture may change food consumption towards low carbon diets. *Global Food Security*, v. 28, p. 100507, 2021. ISSN: 2211-9124. DOI: 10.1016/j.gfs.2021.100507.
- RAMOS, F.P., SANTOS, L.A.D.S, REIS, A.B.C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, 29, 2147-2161. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YXdL5MRGSTSfZsrKJV3FxcT/abstract/?lang=pt>.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REDE PENSSAN. Vigisan: Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
- RIBEIRO, S. M.; AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F.; BÓGUS, C. M.; PEREIRA, I. M. T. B. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 25, n. 3, p. 381–388, 29 nov. 2012. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/2269>.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, p. v–vi, 2007. ISSN: 0103-2100, 1982-0194. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001.
- SANTOS, M.; MACHADO, M. C. M. Agricultura Urbana e Periurbana: segurança alimentar e nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 27, p. e020010, 2020. DOI: 10.20396/san.v27i0.8650689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650689>.
- SERAFIM, M.P, DIAS, R.B. Agricultura urbana: análise do Programa Horta Comunitária do Município de Maringá (PR). In: Costa, A.B. (org). *Tecnologia social e políticas públicas*. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 133-152.
- SILVA, A. M.; LIMA, P. B.; DANTAS, F. C.; SANTANA, P. J.; FERREIRA, G. B. Agroecologia como ciência multidisciplinar que transforma a agricultura convencional em agricultura sustentável: práticas desenvolvidas pelo serviço de tecnologia alternativa – SERTA. *Cadernos de Agroecologia*, [Internet.], v.

- 11, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/21257>.
- SILVA, E. R. A. da (COORDENADORA). Agenda 2030 : ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília-DF: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>.
- SIQUEIRA, D. L.; FERREIRA, G. H. C. Agricultura urbana na cidade de Montes Claros-MG: um breve referencial teórico. Boletim Alfenense de Geografia, v. 1, n. 2, p. 101–111, 2021. ISSN: 2764-1422. DOI: 10.29327/243949.1.2-8.
- SIUEIA JÚNIOR, M.; ENGEL, E. Boas práticas agrícolas e agroecologia para agricultores urbanos. UFISAMO, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Erik-Engel/publication/340949743°Boas°Praticas°Agricolas°e°Agroecologia°para°Agricultores°Urbanos/links/5ea6e96845851553fab2f421/Boas-Praticas-Agricolas-e-Agroecologia-para-Agricultores-Urbanos.pdf>
- SHINOHARA, N. K. S.; PADILHA, M. R. F.; OLIVEIRA, F. H. P. C. CABRAL, J. V. B.. Insegurança alimentar no uso indiscriminado de agrotóxicos. Hig. aliment, , p. 17–21, 2017. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/pafjz>
- SOUSA, T. O.; BAZZOLI, J. A.; DELGADO, C. Agricultura urbana e alimentação: hortas urbanas em Palmas-TO. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 18, n. 2, p. 89–111, 2020. ISSN: 1678-698X. DOI: 10.5016/estgeo.v19i2.15911.
- SOUZA FILHO, B. A. B. L.; TRITANY, E.; ARANA, G. A. C.; STRUCHINER, C. J. Modelos teóricos: reflexões necessárias. Revista Brasileira de Epidemiologia, [S. l.], v. 26, p. e230038, 18 set. 2023. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rbepid/2023.v26/e230038/pt/>.
- TEMP, H.D. Entrevista sobre a Organização Cidade Sem Fome. Entrevistadores: Aline Oliveira Zoia do Amaral, Allyne Oliveira Morrone Batista, André Bento Chaves Santana, Helen Mara dos Santos, Sarah Polezi Silva. São Paulo, 2022. Entrevista concedida para o desenvolvimento desta pesquisa.
- TEOLI, D.; SANVICTORES, T.; AN, J. SWOT Analysis. StatPearls Publishing, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK537302>.
- VALENT, J. Z.; OLIVEIRA, L.; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 7, n. 2, p. 4–19, 2017. ISSN: 2237-9029. DOI: 10.24302/drd.v7i2.1427.
- VIANA, H. M. M.; SILVA, T. N. Certificação Orgânica e o Selo: (Des)vantagens, Segundo Produtores Ecológicos de Porto Alegre/RS. XXII ENGEMA, 2020. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod°trabalho=522>.
- VIEIRA, D. D.; SILVA, A. S. J. Empreendedorismo Social e Hortas Comunitárias: Geração de Emprego e Renda. Revista Conhecimento Online, v. 2, p. 50–62, 21 ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/105>.

RECEBIDO: 22/4/2024

REVISADO: 15/6/2024

ACEITO: 15/6/2024

PUBLICADO: 19/6/2024